As fontes de inspiração evangélica para a "Democracia Dominicana"

Frei Mariano Foralosso OP

"Quando, numa entrevista para a televisão francesa me perguntaram qual era o elemento central de nossa espiritualidade, fiquei tão surpreso quanto o entrevistador ao responder: 'a democracia'. E, verdadeiramente, ela está no coração de nossas vidas. Ser irmão significa ter voz e direito de voto... Nossa democracia deveria expressar nossa fraternidade. É uma expressão de nossa unidade em Cristo, num só corpo." (Carta de frei Timothy Radcliffe, Mestre da Ordem, sobre: "Liberdade e responsabilidade dominicana", n. 2.2)

No estudo sobre o sistema de governo da comunidade dominicana (Valores e estruturas de 'democracia' na tradição dominicana) foi possível constatar que desde o começo da Ordem São Domingos se preocupou de garantir a maior participação possível dos frades no governo da comunidade: 'regime comunitário'. É uma forma de democracia em que se favorece a participação responsável e a 'graça' (carisma, dom) de cada religioso, como membro da 'comunhão'. O objetivo último deste sistema comunitário de governo é de favorecer a permanência e o crescimento da "unanimidade": "levando unanimemente uma vida comum" (Const. Fund., § IV)

É um sistema de democracia, porém, em que a participação é gradual e por muita parte também indireta: democracia representativa. Isso, não por medo da democracia, mas da... não democracia: para corrigir o que as dinâmicas de grupo podem impedir ou diminuir da verdadeira participação de todos.

Este esquema de 'regime comunitário' aparece desde o começo na organização da Ordem, pôr explícita vontade de São Domingos e dos primeiros frades que legislaram nos Capítulos Gerais de Bolonha (1220 e 1221). De onde veio esta forma de 'democracia' e qual é o espírito, quais são os valores religiosos e os modelos culturais que inspiraram o grupo fundador na elaboração desta forma comunitária de governo.

No contexto sócio-eclesial da fundação

Está comprovado, pela pesquisa histórica mais geral, que no contexto cultural e sócio -eclesial, em que nasceu o carisma dominicano, bem pouca coisa podia inspirar e favorecer este modelo de organização democrática.

A estrutura feudal da época era profundamente marcada pelo autoritarismo sacralizado, incarnado no poder absoluto do Imperador do Sagrado Império Romano e dos senhores feudais. Nesse sistema a autoridade do chefe era sagrada, porque emanava diretamente da autoridade de Deus e o vínculo de fidelidade e obediência fazia da vontade do chefe a expressão da vontade de Deus.

O esquema piramidal de autoridade no feudalismo tinha sua fonte e modelo legitimador na própria estrutura da Igreja, em que o sistema hierarquico do poder sacerdotal, incarnado no Papa e nos Bispos, bem pouco espaço dava para formas de participação democrática.

O único caso de organização democrática existente na época de São Domingos era o dos estatutos das 'livres comunas': as cidades (burgos) que conseguiam se libertar do domínio imperial e feudal. E também as formas de organização espontânea do povo, em particular as associações (ou 'corporações') de trabalho e as confrarias religiosas de devoção e de caridade.

As novas Ordens mendicantes, entre elas a Ordem de São Domingos, entraram logo em profunda sintonia com estes movimentos populares de libertação e participação democrática.

Fica contudo o fato que bem pouco, no contexto histórico, podia inspirar o grupo fundador dominicano na elaboração do seu regime democrático. De onde veio então a inspiração para esta democracia fora do tempo? A nossa idéia é que o modelo inspirador da democracia dominicana está na mesma fonte da qual brotou o próprio carisma de São Domingos: o modelo da prática comunitária de Cristo com os discípulos e da comunidade apostólica de Atos. A insistência com que nos textos fundantes do carisma dominicano aparece e referência a este modelo originário nos autoriza a buscar por aí a resposta ao nosso questionamento. Transcrevemos aqui algumas expressões da Constituição Fundamental e das próprias Constituições da Ordem:

"Como homens evangélicos, seguindo os passos do seu Senhor".

"Participantes da missão apostólica, assumimos também a vida dos Apóstolos, conforme a maneira concebida por São Domingos"

"Como na Igreja dos Apóstolos, assim entre nós a comunhão se funda, se constrói e se reafirma naquele mesmo espírito no qual recebemos de Deus Pai o Verbo numa só fé, o contemplamos num só coração e o louvamos com uma só voz.."

"Imitando os apóstolos que anunciavam o Reino de Deus sem ouro, sem prata ou dinheiro.."

Esta referência à Igreja dos Apóstolos, à prática da comunidade apostólica e, por fim, ao exemplo, aos "passos' do próprio Cristo, ressoa constantemente, como um refrão, nos textos das fontes dominicanas e na própria legislação da Ordem. É a partir desse fato que nos sentimos autorizados a afirmar que a fonte inspiradora da forma democrática do regime de governo da Ordem de São Domingos está nos próprios textos do Evangelho e na experiência da comunidade cristã de Atos.

Os "passos de Jesus": obediência do Reino

Os que seguiram o chamado de Jesus e ficaram com ele, descobriram aos poucos que Jesus pensava, agia e motivava suas ações como alguém que:
tem uma missão a cumprir, uma missão recebida por algum outro, cuja presença se faz marcante e condicionante para a sua vida e que ele chama de 'Pai'

não é dono e árbitro do seu projeto, mas participa, de uma maneira especial, de um projeto que ele vivencia na comunhão mais profunda com o Pai.

"Disse-lhe Jesus: meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou e cumprir a sua vontade". (Jo. 4, 34)

"Desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou." (Jo. 6,38)

Ver também: Lc. 2, 49; Jo. 5, 19; Jo. 5,38; Jo. 8, 29; Jo.10, 18; Jo. 14, 31

Foi, para os seguidores, a descoberta da 'obediência' de Jesus, como dimensão de relacionamento com o Pai que conformava e condicionava toda a sua existência. Uma ligação de obediência, não como escravo e patrão, ou como 'servo' sob o jugo da lei, mas como relacionamento de amor profundo e totalizante, comunhão íntima de amor e de vida com o Pai, adesão plena, até nos pormenores, ao projeto do Pai e participação corresponsável na execução deste projeto.

O momento forte, na manifestação desta obediência de Jesus, é sem dúvida a experiência da paixão e o caminho da cruz. Neste contexto, o diálogo de Jesus com o Pai, na última Ceia (oração sacerdotal), nos mostra com clareza os traços característicos desta obediência de Jesus. (Cfr. Jo. 17) E nela não é difícil reconhecer o tipo de obediência que deve ser própria também do frade pregador, como foi concebida, praticada e depois institucionalizada pelo próprio São Domingos.

"Assim falou Jesus, e, erguendo os olhos ao céu, disse: "Pai, chegou a hora: glorifica teu Filho, para que teu Filho te glorifique..." (Jo. 17, 1)

Quem fala ao Pai, como Jesus fala no texto da 'oração sacerdotal', sem dúvida alguma tem com o Pai um relacionamento de:

confiança e familiaridade: Jesus chama a Deus de Pai, usa o linguajar que é próprio do relacionamento que se dá na intimidade do núcleo familiar:

"..tudo o que é meu é teu e tudo o que é teu é meu.." (Jo. 17, 10)

corresponsabilidade: Jesus fala como alguém que se considera parte ativa e responsável na realização do projeto: descreve e avalia o que já foi feito, discute com o Pai o que tem ainda para fazer, lembra ao Pai o que foi concordado para fazer:

"Eu te glorifiquei na terra, concluí a obra que me encarregaste de realizar...Manifestei teu nome aos homens que do mundo me deste..." (Jo, 17, 4ss)

complementariedade: Jesus tem consciência de ter uma tarefa própria, distinta da do Pai e dela se considera responsável mais direto, sem com isso negar a comunhão e a colaboração das outras partes (do Pai e dos seguidores):

"..pelo poder que lhe deste sobre toda carne ele (teu Filho) dê a vida eterna a todos os que lhe deste..."

"Eu lhes dei a glória que me deste para que sejam um, como nós somos um: eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade." (Jo 17, 2 e 22)

"Como tu me enviaste ao mundo, eu também os enviei ao mundo..." (Jo, 17, 18)

liberdade dialética: quanto ao discernimento e à execução do projeto do Pai. Já ao longo da vida pública Jesus conhece os momentos da indecisão, da discussão e até da tentação de se afastar do 'projeto' do Pai. Na tentação do deserto: "Ao Senhor teu Deus adorarás e a ele só prestarás culto." (só Mt. 4, 10) Na reação violenta às recusas de Pedro, quando Jesus anuncia o caminho da cruz: "Afasta-te de mim, Satanás (=tentação), tu me serves de pedra de tropeço, porque não pensas as coisas de Deus, mas as dos homens." (Mt. 16, 23)

No episódio das bodas de Caná, Maria leva o filho a mudar de idéia, quanto a hora para dar início aos sinais do Reino. (Jo. 2, 1-12) No episódio da cananéia, as argumentações da mulher estrangeira, forçam Jesus a ampliar o horizonte da sua missão. (cfr. Mc. 7, 24-30) Mas é no momento do caminho da cruz, o momento da 'tentação' e da obediência radical, que este aspecto dialético da obediência de Jesus aparece com maior evidência. Na oração do horto das oliveiras, Jesus pede ao Pai de mudar o seu projeto, tirando-o do caminho da cruz: "Pai, se for possível, afasta de mim este cálice..." (Mt. 26, 39).

Na oração sacerdotal da Última Ceia esta dialética é menos evidente. Aqui é mais o momento de celebrar o consenso e a comunhão plena, entre Filho e Pai, na realização do plano da redenção da humanidade. Mais do que obediência dialética, temos aqui a manifestação da obediência de Jesus como comunhão interpessoal com o Pai e com os discípulos: é a dimensão 'comunitária' da obediência.

disponibilidade total: A última palavra de Jesus, no processo desta obediência dialética, é de dócil disponibilidade à vontade do Pai: "se fôr possível... contudo, não se faça como eu quero, mas como tu queres." (Mt. 26, 39). Jesus usa, e não por acaso, o condicional (se for possível). Quem se considera dono e patrão de si e de suas decisões não usa o condicional, mas o imperativo... Ele usa o imperativo somente no que pertence a ele: a entrega total, livre e responsável, à vontade do Pai. Esta 'disponibilidade', na obediência radical ao Pai, Jesus a mostrou com a sua própria vida, a ensinou e, por fim, a exigiu como condição para sermos discípulos dele:

"Nem todo aquele que me diz Senhor, Senhor entrará no Reino dos Céus, mas sim, aquele que pratica a vontade de meu Pai que está nos céus" (Mt. 7, 21)

"Aquele que fizer a vontade de Deus, este é meu irmão, minha irmã e minha mãe..." (Mc. 3, 33-35)

"Vós sois meus amigos se praticais o que vos ordeno. Não mais vos chamo servos, porque o servo não sabe o que o seu amo faz; mas eu vos chamo amigos, porque tudo o que ouvi do Pai eu vos dei a conhecer." (Jo. 15, 14-15)

A prática da comunidade dos Apóstolos

Aquilo que Jesus viveu e ensinou, pela ação do Espírito Santo penetrou profundamente na consciência da comunidade apostólica e se traduziu na prática de vida dos cristãos, a partir da comunidade de Jerusalém. O exemplo de Jesus inspirou sempre a conversão gradual para o 'absoluto de Deus' e inspirou também as formas concretas de organização da comunidade, como grupo humano reunido em nome de Cristo.

Testemunho eloqüente da penetração profunda, na consciência dos discípulos, desta 'lição' de obediência do Reino dada por Cristo é a afirmação corajosa de Pedro diante do

Sumo Sacerdote e do Sinédrio: "Importa obedecer mais a Deus do que aos homens." (At. 5, 29). E também a argumentação de Paulo quando tomou posição firme contra Pedro e os demais da comunidade de Antioquia, que marginalizavam os irmãos convertidos do paganismo: "não procediam com retidão, segundo a verdade do Evangelho." (Gal. 2, 14). Outro exemplo de conscientização sobre a 'obediência do Reino' na comunidade cristã é o hino cristológico da Carta aos Filipenses: "Tende em vós os mesmos sentimentos que Cristo teve: ele... humilhou-se, feito obediente até a morte, e morte da cruz." (Fil. 2, 5..8)

Todo o texto de Atos, mais do que uma simples história dos primeiros tempos da Igreja, constitui uma leitura teológica da ação do Espírito no caminho da comunidade e a exposição de como a comunidade conseguiu interpretar fielmente os sinais do Espírito. A narrativa de Atos constitui a referência exemplar da obediência ao Pai no Espírito e mostra como o compromisso sincero de fidelidade, individual e comunitária, à vontade de Deus, que se manifesta nos 'sinais' do Espírito, é também a condição indispensável para garantir a fraternidade e a comunhão entre os irmãos, na comunidade cristã.

Além disso, Atos nos oferece, em vários episódios, o exemplo concreto de como as exigências desta obediência ao Pai levam a comunidade a orientar o necessário processo de organização da vida comunitária, em formas ou modelos de participação e de corresponsabilidade democrática

A orientação democrática da organização da comunidade aparece com particular evidência nos momentos em que o 'protagonista' principal de Atos, o Espírito, põe a comunidade frente ao novo, obrigando os seus membros a desencadear um processo de discernimento, nem sempre tranqüilo, mas sempre comunitário e democrático. São os episódios dos... conflitos na comunidade. Lembramos alguns exemplos:

Atos 6: O aumento quantitativo e a complexidade crescente da comunidade determina um impasse por causa do processo de marginalização das viúvas dos helenistas: a comunidade, por iniciativa de Pedro, faz discernimento comunitário e resolve o problema de forma 'democrática' e criativa, por meio da eleição dos diáconos.

Atos 11: Questionamentos sobre aceitação dos gentios: Pedro tem de prestar contas a comunidade de Jerusalém sobre a sua atuação missionária em Jope.

Atos 15: O problema das exigências para a aceitação dos gentios: o conflito em Antioquia se transfere para a comunidade de Jerusalém. A atuação desta comunidade para dar solução ao problema se apresenta como um caso exemplar de 'democracia', como caminho para conseguir o discernimento comunitário da vontade de Deus. Todos os membros da comunidade tiveram parte nesse processo de discernimento. É significativo o linguajar da carta que a comunidade de Jerusalém envia aos irmãos de Antioquia: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós.." (At. 15, 28)

Uma análise do que aconteceu nestes três momentos significativos da vida da comunidade nos mostra o seguinte:

A comunidade apostólica é um grupo humano, nos primeiros passos da sua caminhada histórica. Um grupo em rápida expansão e então cada vez mais complexo. Ele tem então a necessidade de se organizar e de 'inventar' soluções frente ao 'novo'.

Neste processo de organização interna e de governo das novidades, tem uma evidente preocupação de que as estruturas organizativas e as soluções dos impasses do 'novo' sejam coerentes com aquilo que parece ser o dever e a preocupação fundamental de todos: a fidelidade aos sinais do Espírito, a fidelidade a Cristo. Todos os membros das comunidades

se sentem iguais e irmãos nesta responsabilidade de discernir com certeza e realizar com fidelidade a vontade de Deus, conforme os ensinamentos de Cristo.

É a partir deste valor e desta preocupação fundamental que a dinâmica da organização comunitária adquire sua fisionomia 'democrática': todo mundo tem de participar, porque todo mundo é responsável em garantir a fidelidade ao Espírito, e todo mundo tem um dom particular do Espírito, para o bem comum. No processo do discernimento em vista da determinação, então, não pode faltar o momento 'democrático' do debate, para um confronto das diferentes opiniões e propostas. É o momento da escuta do outro, que, à luz da fé, é na realidade momento de escuta e de fidelidade ao Espírito, que está presente e fala por meio do outro. É um processo democrático que, para o discípulo de Cristo, constitui um momento forte, indispensável, da experiência de encontro e seguimento de Cristo no irmão, na comunidade. Um momento privilegiado da ‹mística› do encontro/seguimento de Cristo, por parte do ‹discípulo›.

Nem todo mundo, porém, tem na comunidade o mesmo dom e então a mesma função. De fato, desde o começo, nos processos de discernimento comunitário aparecem:

funções diferentes na comunidade: a da assembléia de todos os irmãos, a dos Anciãos, a dos Doze, a de Pedro.

momentos diferentes, no próprio processo de discernimento: podemos reconhecer de fato

o momento da assembléia em que todos os irmãos da comunidade participam

o momento do grupo menor, dos Doze e Anciãos

o momento de Pedro

No episódio da reunião de Jerusalém (At. 15) pode-se identificar com muita clareza esta diferença de funções e de momentos:

Pedro promove, organiza e lidera o processo de discernimento sobre a delicada questão levantada pelos irmãos da comunidade de Antioquia.

A assembléia de todos os fiéis celebra de maneira participativa a primeira etapa do processo, o momento da responsabilidade e do discernimento de todos; a mesma assembléia acompanha depois, de maneira ativa, as outras etapas.

O grupo menor, em nome de todos, 'define' o discernimento e encaminha a solução.

No final do processo, quem fica responsável da solução é ao mesmo tempo o Espírito Santo e a Comunidade: "Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós..." (At. 15, 28).

Em todo este processo sobressai a tarefa de Pedro como responsável primeiro da fidelidade ao Espírito, articulador do próprio processo, e porta-voz do discernimento da comunidade. Em caso nenhum ele se faz dono exclusivo da responsabilidade e do direito da decisão.

Chegando em Antioquia, Paulo, Barnabé e os outros enviados de Jerusalém reúnem a comunidade e entregam a carta para que todos saibam... Pelo jeito, também por aí as coisas procediam de maneira democrática.

Aparece também, com muita clareza, esse outro fato: apesar da diversidade de funções e da necessária articulação do discernimento por etapas, na comunidade apostólica:

todos são iguais (irmãos) no compromisso da obediência e no dever da fidelidade; ninguém parece dono ou juiz exclusívo da autenticidade do discernimento.procura-se escutar todo mundo

procura-se também, na medida do possível, articular a dinâmica do discernimento em momentos diferentes, para garantir uma maior serenidade e profundidade de avaliação, tendo em vista a construção da unanimidade e então da comunhão entre os irmãos.

Igualdade, corresponsabilidade na fidelidade ao Espírito e a Cristo, procura do consenso comunitário, da maior unanimidade possível: este é o modelo teológico, e também sociológico, que inspira a prática democrática na comunidade apostólica.

O Dominicano reconhece facilmente, em tudo isso, os traços do regime comunitário, próprio da tradição democrática da Ordem: "Participantes da missão apostólica, assumimos também a vida dos Apóstolos..." (Const. Fund., § 4). E reconhece a verdade das palavras do Papa Gregório IX na Bula de canonização de São Domingos: "Aquele que fecunda sempre a sua Igreja com nova prole, querendo conformar os tempos modernos com os primitivos e propagar a fé católica, inspirou-vos um piedoso propósito..." (Const. Fund., § I) O carisma dominicano consiste essencialmente no propósito de renovar, para o nosso tempo, o modo de vida da comunidade apostólica, com seus valores e também com sua forma democrática de viver.

Os quase oito séculos de unidade e de comunhão da Ordem, fazem da nossa experiência de 'democracia' um autentico 'carisma': um sinal profético para os cristãos divididos e para a nossa Igreja Católica, cuja organização está marcada pelo modelo de um 'poder' piramidal e centralizador. A nossa 'democracia' pode se constituir também, na aldeia global, como um sinal profético para os homens do nosso tempo, sedentos de fraternidade e de comunhão.

© Todos os direitos reservados — Citar fonte: Dominicanos no Brasil — http://www.dominicanos.org.br